



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 2 de maio de 2024

Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na terça-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na terça-feira		Comercial, venda na terça-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
1,12% São Paulo	124.645	24/abril 5,148	R\$ 1.412		10,65%	10,46%	Outubro/2023 0,24
1,49% Nova York	125.924	25/abril 5,163					Novembro/2023 0,28
	25/4 26/4 29/4 30/4	26/abril 5,116					Dezembro/2023 0,56
		29/ABRIL 5,115					Janeiro/2024 0,42
							Fevereiro/2024 0,83

## CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

# Brasil mais perto do melhor nível

Agência Moody's alterou de 'estável' para 'positiva' a percepção de crédito do país, colocando sua avaliação a dois passos do 'grau de investimento'. Equilíbrio fiscal ainda é ponto de atenção

» RAPHAEL PATI

A agência de classificação de risco de crédito norte-americana Moody's alterou, ontem, a perspectiva do Brasil de 'estável' para 'positiva'. De acordo com a Moody's, a mudança de avaliação considera uma aparente melhora das perspectivas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. Segundo ela, essas expectativas são mais robustas do que no período pré-pandemia.

A agência também destacou que a implementação de reformas estruturais em diferentes governos, assim como a presença de barreiras institucionais que reduzem incertezas sobre a direção futura das políticas públicas são responsáveis pela melhora da avaliação do país. Em nota, divulgada ontem, a Moody's frisou que espera um crescimento real de 2% para o PIB em 2024 e 2025.

"A mudança de perspectiva para positiva tem como base a avaliação da Moody's de que um crescimento mais forte combinado com um progresso contínuo, embora gradual, em direção à consolidação fiscal, pode permitir que o peso da dívida do Brasil se estabilize. No entanto, há riscos para a continuidade da execução da consolidação fiscal pelo governo", avalia, em nota, a agência.

Mesmo com a mudança, a Moody's manteve o rating (classificação) do Brasil em Ba2, dentro do nível de especulação, que é considerado baixo dentro da tabela de classificação. A explicação para a manutenção do país neste patamar se baseia na força fiscal da economia, que ainda é considerada relativamente fraca pela agência, que citou o nível elevado de endividamento e a fraca capacidade de pagamento da dívida.

Ainda no documento, a agência norte-americana elencou alguns pontos que poderiam levar a um aumento da classificação de crédito do país, que está a dois 'degraus' de entrar no nível de Investment Grade (Grau de Investimento), que começa em Baa3. Desde 2016, o Brasil está abaixo desta categoria.

Caso o país tenha êxito em apresentar uma melhora constante do resultado primário e dos déficits fiscais, a credibilidade da política fiscal pode aumentar

### Risco de crédito

O Brasil está a dois degraus de atingir o 'Grau de Investimento' na perspectiva da agência de classificação de risco de crédito Moody's.



#### GRAU DE INVESTIMENTO — ALTO



#### GRAU DE INVESTIMENTO — MÉDIO



#### CATEGORIA DE ESPECULAÇÃO — BAIXA



Fonte: Moody's Investors Service

e, consequentemente, elevar o rating atual. "A continuidade de um crescimento forte do PIB de acordo com as previsões atuais da Moody's apoiaria a capacidade de o governo apresentar uma melhora das métricas fiscais", sustenta.

### Repercussão

Após a confirmação da elevação da perspectiva de crédito do Brasil, diversos agentes do governo comemoraram. "O Brasil que estamos construindo voltou a ser respeitado no mundo e voltou a ter credibilidade econômica e ambiental. Isso é bom para todo mundo", disse o

presidente Luiz Inácio Lula da Silva em postagem no X (ex-Twitter).

Na mesma rede, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarou que a Moody's "acompanhou as outras agências de risco ao reconhecer a mudança para melhor das nossas perspectivas econômicas".

"Isso tem a ver com o trabalho conjunto dos Três Poderes, que colocaram os interesses do país acima de divergências superáveis. Mesmo com a deterioração momentânea da economia global, o Brasil caminha e recupera credibilidade econômica, social e ambiental. Temos muito a fazer", escreveu o chefe da Fazenda.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, também utilizou a mesma rede social para comentar que a agência reconhece os "avanços econômicos e as reformas em curso". "Vamos continuar trabalhando para recuperar o grau de investimento, unindo esforços do governo, Congresso e Judiciário para superar desafios orçamentários e impulsionar nossa economia", pontuou.

### Pé no chão

A reavaliação da perspectiva de crédito brasileira não era muito esperada entre os analistas do mercado financeiro. Para o sócio e economista-chefe da Blumetrix Asset, Renan Silva, mesmo com avanços relacionados ao emprego, à renda média e à dívida das famílias, há uma piora nas projeções de Dívida/PIB, que, segundo as expectativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) deve subir até 2027, quando alcançará 79,7%. No ano passado, essa relação ficou em 74,3%.

"Também tivemos uma alteração da meta de superavit primário, onde, esse ano, ficou claro que não teremos o tão esperado déficit zero agora para 2024. Isso foi adiado para 2025, ou seja, o governo não consegue controlar o ímpeto de gastar e de manter uma política expansionista", analisa o economista.

Apesar disso, não será a primeira vez no governo atual em que uma das grandes agências de classificação de risco eleva a nota de crédito do Brasil, caso a Moody's também decida elevar o rating do país. Em julho do ano passado, a Fitch Ratings aumentou a nota do país de BB- para BB e, em dezembro, foi a vez da S&P Global Ratings alterar a classificação do Brasil de BB- para BB.

Na avaliação do economista-chefe da Ecoagro, Antônio da Luz, cabe ao Brasil não "sair da rota" de crescimento para alcançar o tão desejado grau de investimento. "As agências têm uma visão de longo prazo e, por conta disso, valorizam muito as reformas que apontam para a prosperidade. Fizemos algumas boas reformas nos últimos oito anos, o que sugere que outras podem também reavaliar positivamente nossa nota", considera.

## SERVIÇO PÚBLICO

# Impasse mantém servidores em greve

» ÁNDREA MALCHER

Entidades representativas de docentes e servidores das universidades federais que compõem o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) cobram uma nova rodada de negociações junto ao governo federal até amanhã.

Segundo o presidente da entidade, Gustavo Seferian, o governo ainda não apresentou uma data para que se "oportunize a negociação e apresentação do que são os patamares que entendemos ser mínimo necessário para a condução das negociações daqui em diante". "Esperamos que o governo federal responda com celeridade a esse pedido", comentou ele.

Pelo menos 46 instituições de ensino federal, segundo o ANDES-SN, estão em greve no Brasil e as principais demandas dos docentes e servidores envolvem recomposição salarial, reestruturação das carreiras, reforço no orçamento das instituições de ensino, e reajuste imediato de auxílios estudantis.

Em Minas Gerais, as instituições de Juiz de Fora (UFJF) e Viçosa (UFV) chegaram ao 17º dia de greve hoje. Enquanto isso, a Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) chega ao 10º dia de paralisação das atividades. Além disso, desde ontem, a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFMT) paralisou suas atividades. No estado, pelo menos 10 instituições federais de ensino superior estão em greve.

Em comunicado expedido pelo Comando Nacional de Greve, foi destacado que a proposta do governo federal de reajuste dos auxílios alimentação, saúde suplementar e creche foi uma "conquista da luta e deve ser garantida para todo(a)s o(a)s servidore(a)s públicos federais de qualquer categoria a partir de maio, independentemente da assinatura do termo de compromisso, bastando a disposição do governo de efetivá-la por meio de portaria".

Os servidores defendem uma recomposição salarial de pelo menos 22,71%, sendo 7,06% em 2024, 2025 e 2026. O governo federal, no entanto, sugeriu 0% para o próximo ano, 9% em janeiro de 2025 e 3,5% em maio de 2026. Ao todo, a proposta representa 12,5% de aumento no salário.

A Associação de Docentes da Universidade Federal de São Paulo (Adunifesp) avaliou, em nota, que a contraproposta do governo Lula "recupera ainda muito pouco das perdas e, portanto, não foi aceita como base a um acordo na Mesa pelas dezenas de Assembleias Gerais Docentes nas diversas instituições federais. O que impulsionou a adesão à greve em mais institutos e universidades, incluindo a nossa".

Os servidores das instituições de ensino também querem um amplo "revogação" de medidas criadas durante o governo dos ex-presidentes Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), especialmente o novo ensino médio e uma portaria do ex-ministro da Educação de Bolsonaro, Milton Ribeiro, que estabelece uma cota mínima de horas em sala de aula. Aqueles que cumprem carga horária de 40 horas, devem permanecer ao menos 14h em sala, já os que cumprem 20h, devem cumprir 10h em aulas. A classe reclama que a norma limita as atividades de pesquisa e extensão.

## BC AMERICANO

# Manutenção dos juros nos EUA afeta o Brasil

» RAFAELA GONÇALVES

O Comitê de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) do Federal Reserve, o banco central americano, decidiu ontem pela manutenção dos juros básicos da economia do país em seu atual patamar, em uma faixa de 5,25% a 5,50% ao ano. A decisão foi unânime entre os membros do comitê e esse continua sendo o maior nível das taxas desde 2001.

Analistas brasileiros já estudam o impacto da decisão no país. Uma das formas mais diretas em que a taxa de juros americana afeta o Brasil é por meio das taxas de câmbio. Com a percepção de que o início do ciclo de corte de juros nos Estados Unidos está cada vez mais distante, é esperado também um impacto no dólar sobre o real, que tende a ficar ainda mais pressionado, indicando também novas pressões sobre a inflação no país.

"A decisão do Fed de adiar cortes nas taxas de juros até pelo menos dezembro pode ter consequências significativas

para a economia brasileira, fortalecendo o dólar e colocando pressão sobre o real, aumentando os custos de importação e contribuindo para a inflação interna. Como resposta, o Banco Central do Brasil pode ser forçado a manter ou elevar a taxa Selic para estabilizar a moeda e conter a inflação", disse André Colares, CEO da Smart House Investments.

A medida do Fomc veio em linha com o que já era esperado pelo mercado, nessa sétima manutenção consecutiva da taxa. Em comunicado, o comitê afirmou que não é apropriado reduzir os juros até ganhar mais confiança de que a inflação está se movendo de forma sustentável em direção à meta. "Nos últimos meses, não houve progresso em direção à meta de inflação a 2%", apontou o comunicado.

Em março, a inflação anual dos EUA foi de 3,5%, um aumento de 0,3 ponto percentual em relação ao mês anterior. Em coletiva de imprensa, o presidente do Fed, Jerome Powell, destacou que a economia



Presidente do FED, Jerome Powell diz que inflação ainda preocupa

fez progressos consideráveis em direção à meta, mas que "não está garantido".

"Até agora as leituras de inflação deste ano não nos deram tanta confiança. Reduzir os juros cedo demais ou muito tarde demais, ambos têm riscos. A política está bem posicionada para lidar com os riscos e incertezas que enfrentamos", afirmou o chefe da autoridade monetária.

A decisão foi anunciada horas depois da divulgação de estatísticas que confirmam o fortalecimento do mercado de trabalho. A grande novidade no comunicado

do Fomc foi o anúncio da redução do balanço do Fed, de US\$60 bilhões para US\$25 bilhões por mês, a partir de junho, menos do que o esperado. A redução faz parte dos esforços para trazer a inflação de volta à meta de 2%. Segundo Powell, desacelerar o ritmo de redução do balanço do Fed garantirá uma transição suave para os mercados. Ele disse ser improvável que o próximo passo do banco central americano seja uma alta dos juros, mas disse que não tem grande confiança se haverá cortes neste ano.